

UMA POSSÍVEL CRONOLOGIA DO PÓS-COLONIAL: PROTAGONISMO ANTICOLONIAL, FORMATOS MODULARES DO ESTADO-NAÇÃO E UMA DESCOLONIZAÇÃO QUE NÃO CHEGA

*A possible chronology of the post-colonial: anti-colonial
protagonism, modular formats of the nation-state and a
decolonization that does not arrive.*

Hector Rolando Guerra Hernandez¹

Jacqueline Wahbeh²

RESUMO

Neste artigo propomos conceber a descolonização dentro das possibilidades materiais para sua realização, trazendo para o centro do debate historiográfico, em primeiro lugar, o problema político-epistêmico que sua definição apresenta. Para seguidamente, analisarmos a arena política internacional constituídas nos espaços afro-asiáticos desde 1955, a partir da Conferência de Bandung. Problematizaremos a extensão e profundidade dos processos de independência, em especial no continente africano. Nosso interesse se centra em indagar o significado das mudanças advindas da libertação, para além dos projetos nacionais, bem como, da retórica diplomática das lideranças políticas do período. A intenção de nosso estudo buscou refletir a descolonização desassociada de seu caráter teleológico enquanto conceito universal para o progresso racional da modernidade e sua projeção desenvolvimentista. Investigamos, então, quais as possibilidades práticas de imaginação política sucederam no contato da descolonização enquanto luta anti-colonial no século XX, contrapondo as ideias de soberania do lugar reivindicado pela libertação, com as construções que se sucederam dos estados pós-coloniais no contexto africano.

Palavras-chaves: Descolonização, Afro-asiatismo, Imaginação política

1 É professor de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

E-mail: hec.gue@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8404-9140>.

2 É professora da Universidade Positivo. E-mail: jacquelinewahbeh@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6944-8434>.

ABSTRACT

In this article, we propose to understand decolonization within the framework of the material possibilities of its realization by first placing the political-epistemic problem that its definition represents at the center of the historiographical debate. We then analyze the international political arena that has emerged in the Afro-Asian spaces since 1955, beginning with the Bandung Conference. We will problematize the extent and depth of independence processes, especially on the African continent. Our interest focuses on examining the significance of the changes resulting from liberation beyond national projects, as well as the diplomatic rhetoric of the political leaders of the time. The intention of our study was to consider decolonization detached from its teleological character as a universal concept for the rational progress of modernity and its developmental projection. We then explored what practical possibilities of political imagination emerged in contact with decolonization as an anti-colonial struggle in the 20th century by comparing the notions of sovereignty of place claimed by liberation with the constructions that took place in postcolonial states in the African context.

Keywords: Decolonization, Afro-Asiatism, Political imagination

A Descolonização nos coloca na atualidade uma série de desafios teórico-metodológicos, e também político-epistêmicos. De acordo com Dülffer e Frey (2011), o campo dos estudos sobre descolonização sofreu mudanças significativas nos últimos anos. Na medida que novas abordagens proliferaram e os interesses de pesquisa se expandiram, tornou-se um dos campos da pesquisa histórica em fluxo constantemente, produzindo novas perspectivas e introduzindo percepções inovadoras. Dentro destas tendências podemos citar as abordagens pós-colonial (BHABHA, 1998; SAID, 1996, 1990) e os estudos subalternos indianos (CHAKRABARTY, 2008, 2000; GUHA, 2019, 2002). Um aspecto básico introduzido por estas abordagens foi uma compreensão geral da importância de conceber a descolonização não apenas como um mero processo de transferência de poder, que fora durante muito tempo o argumento levantado pela historiografia ocidental. Um segundo aspecto decorrente deste primeiro, e talvez o mais importante, porém controverso, é o enunciado por Prasenjit Duara (2003):

[...] a descolonização representou não apenas a transferência da soberania jurídica, mas um movimento por justiça moral e solidariedade política contra o imperialismo. Assim, refer-se tanto ao movimento político anti-imperialista quanto a uma ideologia emancipatória que buscava ou pretendia libertar a nação e a própria humanidade. (DUARA, 2003, p. 2)

Buscando intervir neste diálogo sobre as possibilidades da descolonização surgidas da experiência afro-asiática, neste artigo iremos no adentrar em alguns questionamentos surgidos na análise de alguns processos, especificamente africanos, porém conectados a este espaço e experiência afro-asiática. A afirmação de Duara nos apresenta dois aspectos que na nossa compreensão se organizam de forma contraditória. O primeiro é a menção ao caráter político moral da justiça em torno dos processos de libertação das situações de opressão produzidas pela experiência colonial. Concordamos sobre este ponto, contudo, queremos problematizar esse lugar do nacional dentro da descolonização, pois a nosso entender este conceito estaria inserido dentro de um corpo conceitual que precisa ser desvinculado do caráter teleológico com que foi apresentado pelo autor.

De acordo com Christopher Lee (2010), a compreensão historiográfica da descolonização durante o período em que a independência política das potências imperialistas estava ocorrendo, foi moldada consideravelmente pelos escritos de estadistas e historiadores nacionalistas, bem como por uma geração de historiadores ocidentais otimistas ou simpáticos ao processo. Posteriormente, quando a independência acabou produzindo o estabelecimento de estados-nação modelados quase como reflexo dos próprios estados imperiais, alguns intelectuais e historiadores propuseram questionar a extensão e a profundidade de dito processo. Neste sentido, Partha Chatterjee (2008) lança o problema das possibilidades reais e práticas de imaginação política no contexto da descolonização, a propósito das definições colocadas por Benedict Anderson (1993) em torno da nação e do nacionalismo, largamente reproduzidas pelo circuito acadêmico ocidental. O questionamento era basicamente o seguinte:

Se os nacionalismos no resto do mundo tiveram que escolher sua “comunidade imaginada” a partir de certos formatos modulares que a Europa e a América lhes forneceram, então o que foi deixado para sua imaginação? Parece que a história já decretou que nós, no mundo pós-colonial, devemos ser apenas consumidores perpétuos da modernidade [...] Europa e América, os únicos verdadeiros sujeitos da história, já teriam elaborado, em nosso nome, não só o roteiro do Iluminismo e da exploração colonial, mas também o de nossa resistência anticolonial. E também a de nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação deve permanecer colonizada para sempre. (CHATTERJEE, 2008, p. 92)

Consequentemente, a descolonização como processo apresenta um problema de narrativa e análise. Não é uma expressão que possa ser facilmente transferida entre contextos com uma definição comum (universal). Neste sentido, pensar a descolonização como “uma ideologia emancipatória que buscava ou pretendia libertar a nação”, nos coloca um problema metodológico que precisa ser refletido objetivando outras possibilidades de abordagem. Especialmente se constatamos que as sociedades em processo de descolonização, e particularmente as sociedades africanas que são o espaço privilegiado nesta reflexão, são sociedades altamente heterogêneas, com dinâmicas espaciais e temporais bastante diversas e, em muitos casos, tensionadas por disputas políticas complexas (muitas desta disputas, certamente exacerbadas pela situação colonial).

Neste contexto, usar categorias como emancipação e nação dentro da lógica do paradigma da ciência social eurocentrada herdada do século XIX,³ limitaria as possíveis leituras em torno de outras como soberania e autonomia, ambas muito mais abrangentes e polissêmicas. Ler estes processos apenas direcionados ao estado-nação como o “destino manifesto” da

3

Para Dussel (1977), o conceito de emancipação pertenceria ao discurso da ilustração europeia e ainda hoje seria usado na mesma tradição, uma noção comum aos discursos liberais e marxistas. Pra Mignolo (2010), “Emancipação foi o conceito utilizado para afirmar a liberdade de uma nova classe social, a burguesia (traduzido no termo universal “humanidade”, e que lançou as bases para a exportação da emancipação pelo mundo, embora o Haiti tenha apresentado as primeiras dificuldades para a universalização da abordagem de emancipação) e foi retomado no século XX no discurso marxista para defender a “emancipação da classe trabalhadora” ou, mais recentemente, para justificar as forças emancipatórias da multidão.” (MIGNOLO, 2010, pp 22)

descolonização, e a emancipação como condição para o desenvolvimento econômico e a modernização política, exterioriza o caráter teleológico das leituras em torno da descolonização e nos direciona apenas na linguagem do progresso racional da modernidade e sua retórica desenvolvimentista. Neste sentido, Achille Mbembe (2015) questiona:

É nesse contexto que se põe a questão, puramente metodológica, de saber se é possível propor uma leitura inteligível das formas de imaginação social e política na África contemporânea servindo-se unicamente de estruturas conceituais e representações convencionais que serviram precisamente para denegar às sociedades africanas qualquer consistência histórica e as definir como alteridade radical, diferença ao estado primeiro e antítese por excelência do Ocidente. (MBEMBE, 2015, p. 381-382)

Por outro lado, se a generalização deve ser evitada, os processos de descolonização oferecem um ponto de entrada para repensar as condições específicas e as causas locais para a mudança política, além de continuidades mais amplamente experimentadas que acompanharam tais mudanças. Os historiadores sociais em sua maior parte se concentraram em explorações do nacionalismo, interrogando suas reivindicações e formas de representação, mas pouco se aventurando para além das fronteiras do estado-nação em questão ou, cronologicamente, além no período pós-colonial para seguir seus significados em mudança. O conceito de descolonização que pretendemos operacionalizar neste projeto de pesquisa se localiza na fronteira desse projeto racional emancipatório da modernidade e se nutre daquilo que Mbembe define como “alteridade radical”.

Constatamos que o próprio significado da descolonização como processo nos obriga a avaliar o caráter polissêmico do mesmo, pois desde o ponto de vista empírico, por se constituir ao mesmo tempo como um momento contingente e não isento de contradições na disputa política – um processo também de longa data com raízes profundas, originado fundamentalmente no próprio ato da colonização inicial, – os resultados idealizados (“a emancipação da nação”) nem sempre foram alcançados. Isso também demandou outras engenharias sociais e políticas, dentro delas alianças

regionais e continentais, novas leituras do mundo do trabalho, além do redimensionamento do papel da cultura para a libertação, etc. Aqui, os personagens escolhidos como Kwame Nkrumah, Gamal Abdel Nasser, Haile Selassie, por exemplo, entre tantos outros, se tornam figuras de destaque, basicamente por uma racionalidade, à primeira vista, previsível na leitura do africano e suas interconexões com outras experiências fora do continente, como pelas contradições que suas propostas políticas suscitaram, no campo de disputa direta no continente, mas também nas interpretações oriundas da visão ocidental tanto liberal como marxista. Em outras palavras, pensar a descolonização também nos coloca o desafio de interpelar os arquivos do nacional como manifestações do mesmo projeto eurocêntrico da modernidade, e indagar criticamente estes manuais.

Sobre este último ponto, os estudos de descolonização estão começando a considerar essa transformação como uma categoria que abrange não apenas um problema historiográfico, mas também um horizonte de caráter político-epistêmico. Neste sentido optamos por pensar a descolonização para além do eixo cronológico que fora embutido pela historiografia convencional e pensá-la a partir das múltiplas continuidades evidenciadas durante os processo de libertação e independência aos quais nos referiremos. Castro-Gomez e Ramon Grosfoguel (2007), propõem o conceito “descolonialidade” que aparece para transcender o suposto bastante corriqueiro em ambientes acadêmicos de que com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na “periferia”, agora vivemos em um mundo descolonizado e pós-colonial. Contrariamente, este conceito aponta para o fato de que a divisão internacional do trabalho entre “centros” e “periferias”, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não mudou significativamente com o fim do colonialismo e a formação de Estados-nação na “periferia”. Esta definição questiona abertamente o mito da descolonização e a tese de que a pós-modernidade nos levaria a um mundo já desconectado da colonialidade.⁴

4 Esta última já fora definida e consolidada pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, quem afirma: “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos,

A partir desta abordagem, apresentamos a experiência afro-asiática como um movimento multifacetado que buscou se posicionar como um agente ativo e dissonante no cenário bipolar imposto pelo reordenamento geopolítico do pós-guerra. Já no ponto de vista político-estratégico, o movimento é interpretado como uma atualização e rearticulação político-cultural das noções mais antigas da diferença colonial (HONG, 2015). Diferença está, produzida pela modernidade ocidental, a qual em seu novo formato “pós-colonial” insistiu na subordinação contínua dos povos dessas três regiões às potências antigas e emergentes, através da construção do chamado Terceiro Mundo.

Nas diversas obras sobre o século XX consultadas (MUNHOZ, 2021; GADDIS, 2012; JUDT, 2008; FERRO, 2003; HOBBSAWM 1996,1994), resulta interessante perceber que apesar das abordagens serem mais ou menos diferentes, todas elas coincidem em dividir o século a partir de alguns marcos referenciais bastante definidos: as duas grandes guerras, a guerra “fria”, a queda do muro e, nalguns setores mais conservadores, o “triunfo do capitalismo” (HUNTINGTON, 1993; FUKUJAMA, 1992)⁵. Esta constatação é interessante precisamente porque nela, África e Ásia aparecem como zonas geoculturais homogeneizadas na noção de “terceiro-mundo” e localizadas apenas como figuras coadjuvantes no cenário bélico novecentista desenhado pela disputa bipolar entre as emergentes potências político-militares pós-1945.

A esse respeito, é importante mencionar que desde o surgimento das Nações Unidas, as noções de “subdesenvolvimento” e “terceiro-mundo” foram articuladas como uma espécie de “renovação retórica” para denominar os países outrora colônias das potências europeias, e desta forma mantê-las subordinadas ao novo ordenamento geopolítico. Como menciona Escobar (2007), umas das características que marcou a noção

meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. origina-se e mundializa-se a partir da América”. Quijano, Anibal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: *Journal of World-System Research*, VI, 2. New York. 2000. pp.342.

5 Embora as controversas obras destes dois últimos autores, possam ser enquadradas nas discussões desenvolvidas na área das ciências políticas e, por tanto, pareçam irrelevantes para a discussão historiográfica, são citadas aqui, primeiro porque foram “best-sellers”, cada uma no seu tempo, e traduzidas para muitas línguas, inclusive o chinês e o russo. De alguma maneira, este sucesso editorial deve nos dar alguns indícios sobre a recepção que ditas obras alcançaram, pelo menos nos primeiros anos após sua publicação.

de “terceiro-mundo” foi a pobreza, cuja solução passava pelo crescimento econômico, tornando a retórica do desenvolvimento uma verdade universal, evidente e necessária (2007, p. 52). Concomitantemente, esta figura da pobreza foi associada à noção de instabilidade e insegurança como um corolário axiomático das “nações subdesenvolvidas”. Hong (2015) denominou este processo de “divisão biopolítica do mundo dos povos em espécies de vida desenvolvida e subdesenvolvida”, cujo objetivo era “conter os efeitos circulatórios e desestabilizadores da vida excedente e não garantida do subdesenvolvimento” (HONG, 2015, p. 20). Neste sentido, o terceiro mundo nascia “como uma ‘invenção’ que resultou da história do pós-guerra e que, desde o seu início, moldou inelutavelmente todas as concepções possíveis de realidade e ação social em países que desde então são conhecidos como subdesenvolvidos”. (ESCOBAR, 2007, p. 12), mas que também

aos olhos da teoria do desenvolvimento ocidental, uma cadeia de ligações metafóricas equiparava a pobreza a doenças, subdesenvolvimento, raça e comunismo [...] esse acolpamento biopolítico levou o Ocidente a ver tanto a pobreza quanto as crises humanitárias no Sul global que se seguiram na esteira dos conflitos de libertação nacional principalmente como problemas de segurança. (HONG, 2015, p. 14)

A experiência afro-asiática precisa ser entendida dentro deste contexto. Um contexto que sustentou a lógica da Guerra Fria, o qual pretende ser transcendido, questionando o ponto de partida desta narrativa convencional. Nela, a chamada “descolonização do terceiro-mundo” parece ocupar um marco referencial e uma periodização bastante definida e, até certo ponto essencializada (no sentido proposto por Gayatri Spivak, 2010). Neste intuito é que o espaço e a experiência afro-asiática se tornam o objeto privilegiado de estudos. Quando nos referimos à narrativa convencional, apontamos a narrativa ocidental. São poucas as obras onde é possível visualizar as possíveis versões do outro polo, já que a maioria são interpretações embasadas em teorias que poderíamos denominar, seguindo a Tony Judt (2011), de “Kremlinologia” (2011, p. 476). Alguns trabalhos mais exaustivos, no entanto, já foram publicados (ANDREW & MITROKHIN 2005, 1999).

Queremos introduzir neste exercício algumas das premissas que Franz Fanon em plena luta de libertação argelina diagnosticará para os processos de emancipação em curso, bastante atento aos perigos neocoloniais subsumidos na aceitação da ideia de subdesenvolvimento como uma tarefa a ser resolvida no caminho da libertação, Frantz Fanon evoca que:

Os países subdesenvolvidos, pelo contrário, devem esforçar-se por descobrir valores próprios, métodos e um estilo específicos. O problema real perante o qual nos encontramos não é da opção entre socialismo e capitalismo, tal como foi definida por homens de continentes e épocas diferentes. Sabemos, de facto, que o regime capitalista não pode, como modo de vida, permitir-nos realizar a nossa tarefa nacional e universal (FANON, 1965, p. 74).

Nesta reflexão, novamente evidenciamos um posicionamento que nos remete a aspectos de ordem empírica. Se observarmos a experiência do socialismo no continente africano, constataremos que ela é diversa como são os seus países, também no que diz respeito à morfologia política. Moçambique de Mondlane e Machel optou pela definição de “república popular”, assim como Angola de Agostinho Neto, mas diferente da Guiné-Bissau de Amílcar Cabral, ao tempo em que outros países como a Guiné-Conacry de Sekou Touré ou a Tanzânia de Julius Nyerere procuraram afirmar um projeto de “socialismo africano”. Devemos lembrar ainda as experiências da Etiópia de Mengistu (comparável a Moçambique em termos de radicalidade), do Egito de Gamal Nasser e a Argélia de Ben Bella (por sua singularidade). Todos estes processos e todos estes personagens em algum momento cruzaram caminhos, trocaram ideias e confrontaram experiências, e esta constatação nos obriga, para além das possíveis definições, a descartar, de início, a ideia do socialismo como um manual.

Daí a importância de olhar para experiência afro-asiática dentro de seu próprio contexto de produção. Nele é possível entender a assunção geral da existência real daquilo que fora designado como “terceiro-mundo”, porém, dentro de uma lógica que procurou, pelo menos nas intenções de seus primeiros líderes, ir na contramão de ordenamento ao mundo bipolar que surgia vencedor da segunda grande guerra imperial promovida pela

Europa. Neste sentido, a afirmação de Vijay (2012) serve-nos como um exemplo importante para entender a base que sustentou esta lógica:

Presas entre esses dois grandes blocos, as nações escuras se reuniram no Terceiro Mundo. Uma série de pessoas determinadas atacou o colonialismo para conquistar sua liberdade. Eles exigiam igualdade política no cenário mundial. A principal instituição para a expressão dessa aspiração foram as Nações Unidas. Desde seu nascimento em 1948, a ONU desempenhou um papel importante para a maior parte do planeta. Apesar de não terem assegurado assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os novos estados aproveitaram a Assembleia Geral da ONU para apresentar suas demandas. As reuniões afro-asiáticas em Bandung e Cairo (em 1955 e 1961, respectivamente), a criação do Movimento Não-Alinhado em Belgrado (1961) e a Conferência Tricontinental em Havana serviram para testar os principais argumentos dentro do próprio movimento do Terceiro Mundo, para que esses países pudessem posteriormente transferi-los, de forma concertada, para o palco principal: o das Nações Unidas. (VIJAY, 2012, p. 17).

Procurando dialogar com esta abordagem, neste trabalho pretendemos propor alguns exemplos que, ao passo que vão ao encontro das versões até aqui trabalhadas, também procuram propor um revisionismo histórico que por um lado, nos permita reconhecer e descrever, desde um lugar de fronteira, momentos históricos que foram negligenciados ou invisibilizados. Por outro, que nos proporcione subsídios suficientes para produzir uma memória vigilante que reposicione o lugar dos “condenados da terra” e, desta maneira, promova um projeto de ressignificação de toda uma produção política, cultural e estética surgida desta experiência.

Superando a bipolaridade geopolítica e ressignificando o protagonismo local

Historicamente, após a Segunda Guerra Mundial o cenário global foi compreendido a partir da Guerra Fria que, gradativamente, cedeu espaço para a globalização enquanto conceito analítico do imaginário político. O mundo bipolar para a historiografia foi aquele centrado no protagonismo entre o conflito EUA *versus* URSS e assumiu os extremos entre o capitalismo e o socialismo, como os direcionamentos econômicos e ideológicos possíveis para a política após os anos 1950. A disputa entre ambos os polos foi identificada como fonte primária dos conflitos nas diversas regiões do planeta, chamados de guerras por procuração *Proxy Wars* – essa relação alinhou as expectativas políticas dos países que lutavam pela independência, à essa disputa maior existente. Esse alinhamento aos conflitos globais representou a sobreposição do imaginário político bipolarizado para o período. Buscando nos distanciar dessa premissa, propomos que a análise da diplomacia estabelecida pelos representantes dos países africanos e asiáticos, nos permite identificar outras imaginações para as definições políticas em construção. Especialmente para aquelas produzidas pelas concepções e organizações articuladas à descolonização.

Alternativamente a compreensão de um alinhamento global após a Segunda Guerra Mundial, buscamos ampliar a concepção hegemônica da Guerra Fria e a bipolarização da política mundial, pois, percebemos que a descolonização e os acontecimentos históricos subsequentes a 1945 nesses continentes, nos permitem identificar novas orientações políticas internacionais. Percebemos também, a virada no protagonismo ocidental europeu para uma globalização norte-americanizada e, simultaneamente, a transformação da luta anticolonial, em libertação e a consolidação das soberanias nacionais independentes nas antigas colônias.

Dentro desta perspectiva de problematizar esta visão convencional, julgamos ser importante abandonar metodologicamente a percepção estática do antagonismo entre a política norte-americana e soviética. Ao analisarmos, por exemplo, as reações internacionais à Crise do Canal de Suez em 1956, é possível perceber a aproximação entre o engajamento diplomático

dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ambos contrários as intenções coloniais francesas e britânicas no Egito. A Crise do Canal de Suez envolveu o interesse e tentativa de tomar o controle da rota de ligação entre o continente europeu, africano e asiático, pelas tropas israelenses e, simultaneamente, remover Gamal Abdel Nasser do poder no Egito. A atitude britânica e francesa ao enviar tropas em apoio a empreitada bélica, significou apoiar diretamente as ambições coloniais de Israel e foi reprovada pela diplomacia norte-americana e soviética durante as deliberações promovidas pela ONU, ainda em meados dos anos 1950.

Ao nacionalizar a Companhia do Canal de Suez para o Egito⁶, Nasser contrariou os interesses coloniais franceses e britânicos. A nacionalização significou o fortalecimento da influência política de Nasser que reorganizou as articulações internacionais do Egito. Nessa ocasião, o líder egípcio direcionou seu prestígio diplomático internacional para afirmar-se como representante da luta contra os interesses imperiais do ocidente no continente africano, denunciando as contínuas investidas nos territórios das antigas colônias.

Desde a conquista da independência do Egito em 1953, a primeira do continente africano, as movimentações internacionais organizadas com o envolvimento de Nasser configuraram novas organizações políticas internacionais, como a Organização da Unidade Africana criada em 1963. Integrada aos movimentos asiáticos através da Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, percebemos que a articulação conjunta visava salvaguardar o exercício da diplomacia enquanto países soberanos à política global. Tal movimentação caracterizou o internacionalismo da descolonização.

O processo de luta por libertação e conquista das independências no continente africano em sua dimensão prática, representou a administração territorial sendo liderada desde as relações de poder local - o que poderia significar uma associação de base étnica, popular, religiosa etc. que nesse

6 O canal de Suez concentrou os interesses coloniais da França e do Reino Unido no Egito e segundo Eric Hobsbawn manifestou a animosidade histórica entre os rivais europeus no continente africano (1998, 433-434). Através da *Le Suez*, companhia financiada pela França e construída pelo Egito entre 1850-60, o domínio colonial infiltrou-se no território otomano, definitivamente modificado em 1882, pela cobiça da Grã-Bretanha quando submeteu e assumiu diretamente a colonização do Egito. Ainda assim, a França manteve seus espólios através da companhia.

momento, buscou através do nacional mitigar as disputas envolvidas. A emancipação nesse esquema, pode ser vista como a conquista da abertura de novas possibilidades de organização, novas leituras político-ideológicas junto à novos regimes. Nesse sentido, haveria o encontro do resultado empírico e do idealizado da descolonização, quando as estruturas políticas são confrontadas com as criações provenientes de projetos políticos declarados.

A narrativa da Nação tendeu a ser dividida por um tempo duplo, e por conseguinte lançada em uma inevitável ambivalência: em um dos tempos, o povo era objeto de uma pedagogia nacional porque estava sempre em construção, em um processo de progresso histórico, ainda não desenvolvido ao nível da realização do destino nacional; mas no outro, a unidade do povo, sua identificação permanente com a Nação, tinha de ser continuamente significada, repetida e colocada em cena. (CHATTERJEE, 2004, p.91).

A descolonização na narrativa nacional enquanto termo para referenciar a independência, apontou então, de maneira teleológica para rupturas que caracterizariam o fim da colonização/intervenção neocolonial, incorrendo à uma sobreposição entre o referencial cronológico e as rupturas históricas esperadas. De modo que, pormenorizou a continuidade desde o período colonial, dos interesses das elites africanas e asiáticas, parte das dinâmicas de poder existentes localmente e que continuaram a gerenciar o poder.

A intersecção dos imaginários políticos africanos e asiáticos quanto a descolonização foi o passado colonial, marcando o encontro que legitimou a luta contínua pela liberdade e igualdade para os povos mesmo após as independências. A reivindicação da libertação acomodou, então, os tempos heterogêneos as contradições presentes nas propostas políticas assumidas após as independências. A ambivalência foi conciliada através da afirmação da necessidade contínua de implementar o projeto político que garantisse o status de soberano a aquele território enquanto unidade nacional. Chakrabarty (2010) chamou atenção para o caráter pedagógico assumido por alguns líderes nesse processo “De Nasser e Nyerere a Sukarno e Nehru, a

descolonização produziu uma safra de líderes que se viam, fundamentalmente, como professores para as suas nações.⁷⁷ (CHAKRABARTY, 2010, p.54). A essa interpretação, o autor acrescentou a criação de ferramentas administrativas em prol da autonomia e do desenvolvimento associadas a uma teleologia da modernidade, como caminho político da descolonização estruturada por esses líderes.

As movimentações políticas africanas que articularam a conquista das independências no continente, ao longo do século XX, continuaram a atuar de maneira decisiva nos rumos da política ao longo do período demarcado como da descolonização. Percebemos aqui o uso da descolonização enquanto cronologia da libertação. Essa atuação disciplinar e tutelar por parte dos governantes, significou o estabelecimento de estruturas políticas que garantiriam o exercício do poder a nível nacional e internacional com o reconhecimento da legitimidade de sua autonomia para além dos espaços afro-asiáticos. Caracterizada pela retórica da libertação e soberania, o desenvolvimento da descolonização enquanto formação das independências políticas no século XX, foi “no modo pedagógico, a própria performance da política reconstituiu hierarquias civilizacionais ou culturais: entre nações, entre classes, ou entre os líderes e as massas”⁷⁸ CHAKRABARTY, 2010, p.46-47). A correspondência entre a descolonização e o processo das independências afro-asiáticas incorreu no consenso anticolonial, no entanto, as formas assumidas para efetivá-la não significou a ruptura das estruturas coloniais. As modificações decorrentes disso, eram também continuidades e foram agenciadas conforme à constituição das entidades políticas adotadas pelos agentes dessas transformações, os governantes, líderes dos movimentos e frentes libertárias, que em alguns casos, eram representantes das antigas famílias imperiais.

Kwame Nkrumah, outro reconhecido e importante quadro do Movimento Pan-africanista, divulgou em espaços diplomáticos as conquistas da Independência de Gana em 1957, o primeiro país da África Subsaariana, como uma fonte de inspiração e modelo para todo o continente. Nesse

7 Tradução nossa, original: “From Nasser and Nyerere to Sukarno and Nehru, decolonization produced a crop of leaders who saw themselves, fundamentally, as teachers to their nations”.

8 Tradução nossa, original: “in the pedagogical mode, the very performance of politics reenacted civilizational or cultural hierarchies: between nations, between classes, or between the leaders and the masses”.

momento, compreender essa aspiração frente aos espaços compartilhados da política internacional africana, nos permitirá identificar leituras concorrentes da descolonização, especialmente entre ele e o líder egípcio, Gamal Abdel Nasser. Na medida em que ambos buscavam projetar a trajetória da libertação de seu país como meta e modelo para o continente, advogando sob o mesmo propósito anticolonial, mas compreendiam a unidade e a diversidade de maneiras distintas.

Nasser e Nkrumah assumiram a liderança dos primeiros processos de independência africana ainda nos anos 1950, de modo que, ao lançarem suas ideias quanto ao desenvolvimento do país que governavam, passaram a divulgá-las nos encontros da diplomacia africana em prol da libertação de todo o continente. Nota-se que ao longo dos anos 1960 período central das Independências Africanas, ambas autoridades promoveram encontros que reuniram inclusive representantes do poder colonial, como as celebrações da independência de Gana, em 1957. Uniram-se pelo desejo de uma transformação radical para a África, constituindo o grupo internacional Casablanca, composto por Gana, Guiné, Mali, Marrocos, República Árabe Unida, Líbia e o governo provisório da Argélia. Mesmo que coligados nesse espaço, as propostas de Nkrumah e Nasser se afastavam no que competia as bases históricas que recuperavam e justificavam suas agendas para libertação. Quando escreveu sobre as intersecções entre o Egito, o mundo árabe, o islã e a África, Nasser identificou através de círculos concêntricos uma analogia sobre essas relações, e no que tange a descolonização continente apontou:

“The people of Africa will continue to look up to us, who guard the northern gate of the continent and who are its connecting link with the world outside. We cannot, under any condition, relinquish our responsibility in helping, in every way possible, to diffuse the light of civilisation into the farthest parts of that virgin jungle”. (NASSER, 1955, p.69).

Para Felipe Paiva Soares (2019, p.64) em sua obra supracitada *Filosofia da Revolução*, Nasser localizou o Egito na África e a solidariedade de sua política de libertação deveria ser, também, Pan-africana estendida ao que considerava a “África Negra”. Nesse ponto, ressaltamos a diferença

de seu pensamento Pan-arabista desde as bases que manifestava em um e no outro, sendo o primeiro de um território comum e o segundo de uma identidade. Salientando então, que o engajamento mesmo que partindo da diferença de um pensamento etnocêntrico e islamizado, mantinha-se sincero em sua demanda anticolonial. Aqui a ingerência estrangeira ressaltada desde a Crise do Canal de Suez, foi articulada por Nasser em sua compreensão de um espaço político afro-asiático que à frente de um mesmo inimigo, compartilhavam também a possibilidade de mudança conjunta. Sobre as questões quanto a uma referência iluminista e racializada que a “África Negra” poderia ocupar em sua teoria dos círculos concêntricos se faz relevante reconhecer o lugar social de Nasser, pois, condensava a referência de uma certa classe média emergente que tendo conquistado a soberania, ansiava por criar uma imagem de si coerente com seus anseios nacionalistas, ao mesmo tempo em que emulava uma identidade burguesa europeia (Idem, p.29).

O imaginário político das lideranças dos movimentos de libertação, esteve implicado nas dinâmicas internacionais. Enquanto Nasser propunha a organização civilizacional como garantia da soberania, Nkrumah defendia uma unidade geopolítica do continente africano em meio a luta anticolonial, propondo-a acima das soberanias nacionais. Esse projeto foi visto com desconfiança por outras lideranças independentes no continente africano.

Reconhecido como importante pensador para a formação intelectual de Nkrumah, James Emman Kwegyir Aggrey resgatou o panafricanismo da diáspora “ele foi um dos primeiros autores africanos (senão o primeiro) a pensar na unidade continental de forma direta, pondo-a não só no plano cultural ou racial, mas também político”. (p.132) trazemos essa relação pois, “Para Aggrey era preciso avançar a civilização na África, mas sem necessariamente ocidentalizá-la”. (p.140) E foi nesse lugar que a compreensão de um estado tutelar fez sentido as projeções políticas do ideário do líder ganês. Kwame Nkrumah na obra *Africa Must Unite!*, publicada, em 1963, mesmo ano da fundação da Organização da Unidade Africana, divulgava a unidade intracontinental como o meio para se frear o colonialismo e assegurar a participação do continente africano na política mundial desde um lugar soberano, e nesse ponto, a unidade africana assumiu a centralidade de seu pensamento político.

Defender a soberania nacional, modelando a colonização interna

Simultaneamente, mas partindo de um outro extremo, a perspectiva imperialista do regime etíope liderado pelo imperador Haile Selassie advogava pela libertação comedida quanto a transferência do poder para os governos independentes, e entendeu a proposta intracontinental da unidade africana lançada por Nkrumah como uma afronta as soberanias africanas. A importância de salvaguardar os privilégios políticos da elite a qual pertencia, frente aos direitos de liberdade e igualdade para a sociedade etíope e demais grupos políticos que poderiam disputar o poder central, expõe as contradições as quais o regime de Selassie estava envolvido. E daí a importância de assumir um estado-nacional de lógica soberana e autoridade centralizada, mesmo que destinado a libertação colonial.

Ao longo do século XX, o imperador etíope estabeleceu relações diplomáticas com as nações europeias com o intuito de articular negociações – como investimentos e munções, por exemplo - que garantissem a manutenção de seu poder. Investimentos na urbanização da capital, atuaram como símbolo do sucesso da autonomia etíope e traziam do plano narrativo, a modernização enquanto desenvolvimento consumado, mesmo que sem a condução de reforma social. Uma vez que para assegurar o poder, o projeto imperial etíope preocupou-se em manter suas fronteiras e quando possível, expandi-las. Atuando como uma das lideranças para a formação do grupo Monróvia⁹, o imperador da Etiópia alinhou suas ações à de uma África moderada em relação ao transacionar para o fim da colonização, denunciado por membros do grupo Casablanca, por canalizar interesses coloniais franceses nessa atitude comedida no processo de independência.

Chamamos atenção para um imaginário exterior do qual Selassie estava ciente, que concebia a Etiópia a partir de um passado medieval de uma

9 Formado em maio de 1961, o grupo Monróvia reuniu antigas colônias francesas como o Chade, Camarões, República do Congo, Benin, Gabão, Burquina Faso, Níger, Mauritània, Madagascar, República Centro-Africana, Senegal, Costa do Marfim e Tunísia, além da Etiópia, Libéria, Somália, Nigéria e Serra Leoa. O grupo anunciou um posicionamento comum nos espaços internacionais quanto aos conflitos pela libertação que ocorriam naquele ano no Congo e Argélia. A presença francesa rendeu ao grupo perfil moderado e conservador, denunciados como os resquícios do colonialismo francês por Touré da Guiné e Keita do Mali, ambos membros do grupo Casablanca.

cristandade isolada do mundo islamizado no Chifre de África. Especialmente quanto a região ao norte, fronteira com a Eritreia, onde se é localizada as origens do império de Axum. A tradição imperial etíope, por sua vez, incorporou a continuidade dessa tradição axumita, como uma legitimidade milenar para o poder imperial. Entre esses símbolos de uma historicidade que assumiu a metanarrativa de um mito fundacional, foi atualizada para seu passado mais recente, como o regime imperial africano vencedor de um exército europeu ainda no século XIX e, indômito ao longo do século XX - independente da ocupação italiana da capital, Adis Abeba entre 1936 a 1941 - o movimento Pan-africano igualmente ao Rastafári, propagavam a representação da soberania afrocentrada especialmente quanto a imagem internacional de Haile Selassie (TIBEBU;1995). Gozando de uma soberania reconhecida internacionalmente, que articulou através da defesa anticolonial frente a invasão italiana, a sua legitimidade enquanto regime imperial na Etiópia, Haile Selassie impôs a lógica do estado-nação desde uma base de imperialidade a partir de uma lógica roteirizadamente descolonial.

Ao longo do regime imperial, as fronteiras territoriais da Etiópia localizavam os pontos de tensão do Chifre africano, uma vez que a construção desses limites foi imposta através da dominação territorial (ABBAY;2010, CLAPHAM;1991, FAREDE;2014, MILKIAS, METAFERIA;2005). Ao norte - região de especial importância para o pertencimento da tradição imperial - ao longo de todo o século XX foi o epicentro de revoltas que simultaneamente se manifestaram contrariamente as medidas da invasão colonial italiana e as imposições centralizadoras etíopes na região do povo tigré. A partir dos anos 1940 foram duramente reprimidas pelas forças imperiais amparadas por tropas e armamento britânico e, simultaneamente, a região da Eritreia passou a ser federada à Etiópia. Ao longo de toda a resistência do povo eritreu, a região do Tigré foi intensamente mobilizada pelas articulações estratégicas do conflito. Em 1974, findado o regime imperial etíope através de um golpe militar contra Haile Selassie, a liderança militar em 1974 autoproclamou uma Revolução Socialista para o país e, naquela ocasião inaugural, foi compreendida pela imaginação política como a oportunidade de transformação em prol dos movimentos de libertação. As ações do governo Somali na região do Ogaden e da Frente

de Libertação Oromo – OLF na fronteira com o Quênia, ao perceberem a continuidade das políticas centralizadoras mesmo findado o regime imperial, foram importantes representantes desse imaginário político quanto a revolução e a libertação ao longo dos anos 1970 e 1980. A declaração da orientação socialista adotada pelo líder militar Mengistu, foi percebida pelo ocidente que nesse contexto, garantiu apoio e armamento aos grupamentos separatistas. A chegada conjunta ao poder das frentes de libertação tigrê na capital, Adis Abeba e Eritréia em Asmaha, consagram simbolicamente a força centrípeta desses movimentos desde as fronteiras do norte para o centro do poder, capturando desde o local de imaginação, o estado-nação.

Em seu discurso de abertura da Organização da Unidade Africana em 1963 Selassie declarou que “A vitória de África, embora proclamada, ainda não é total e áreas de resistência permanecem. Hoje, nomeamos como a nossa primeira grande tarefa a libertação final dos africanos ainda dominados pela exploração e controle estrangeiros.”¹⁰. Em suas palavras, a narrativa de libertação foi espacial e temporalmente definida pela agência do poder central e continuava necessária. A federação imposta a Eritréia ainda nos anos 1950, pelo regime imperial trouxe os territórios eritreus para a comunidade imaginada da nação etíope e, com isso, livres das agências coloniais, porém submetidos as imperiais da Etiópia.

Quando os exércitos aliados - Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e da União Soviética - derrotaram decisivamente a Itália e as Potências do Eixo, a Eritréia foi colocada sob administração provisória britânica, de acordo com o Acordo de Administração do Território Inimigo Ocupado (OETA). Sem um consenso sobre a antiga colônia italiana, as potências vencedoras organizaram uma missão de averiguação para avaliar as possibilidades de independência. A conclusão foi de que a Eritreia não possuía os recursos e as competências de um Estado-nação independente. Em 1951, através da Organização das Nações Unidas, a solução assumida foi da criação da Federação entre a Eritreia e a Etiópia.

10 AFRICAN UNION. Speeches & Statements Made at the First Organization of African Unity 1963 (OAU) Summit. Ethiopia: Addis Ababa, 2013, pp.246. Tradução nossa, original: “Africa’s victory, although proclaimed, is not yet total and areas of resistance still remain. Today, we name as our first great task the final liberating of those Africans still dominated by foreign exploitation and control.”

Podemos reconhecer neste processo como os possíveis caminhos da descolonização nesta experiência específica estiveram invariavelmente vinculados a pressões de ordem externa, devalando o “reconhecimento pela Liga das Nações da soberania nacional como o objetivo do que foi, em efeito, a tutela colonial sendo um passo importante na normalização global do Estado-nação”¹¹ (CHATTERJEE, 2016, p.324). A subsequente anexação da Eritreia em 1962, evidenciou as ações colonialistas por parte do regime etíope, que foram ignoradas pela comunidade internacional, a pesar das denúncias feitas pela frente de libertação do povo eritreu.

Interessante pontuar que, somente quando foi derrubado o governo militar liderado por Mengistu, em 1991, que a Eritreia, liderada por Isaias Afeweki - quem permanece no poder central até a atualidade em 2024, líder da Frente de Libertação do Povo Eritreu, conquistou sua independência política. E foi Meles Zenawi, líder da Frente de Libertação do Povo Tigré, quem assumiu o poder central da Etiópia, primeiro como presidente do período transicional e posteriormente como primeiro-ministro, até seu falecimento em 2012. Ele foi o responsável pela implementação do *Federalismo Étnico* que reorganizou o país em um sistema confederativo em nove unidades etnicamente definidas (HABTU;2017).

Ainda no período transicional em 1993, tanto para Etiópia quanto para Eritreia, disputas pelas demarcações limítrofes entre os países desencadearam novos conflitos. Desde a pandemia de Covid-19 em 2020, a região do Tigré está como o epicentro das crises humanitárias e políticas na Etiópia, em desacordo com os projetos de fortalecimento de uma Grande Etiópia, levado a cabo pelo chefe de estado Abiy Ahmed - primeiro representante do povo Oromo a assumir o poder, findado o regime de Zenawi - as raízes históricas do conflito ainda residem quanto aos projetos nacionais de unidade e gerenciamento do estado desde uma força centrífuga.

A continuidade de regimes imperiais após a independência, revelou as contradições da descolonização confundida com libertação demarcada por uma cronologia histórica. Os projetos advindos dos líderes que imaginavam o nacionalismo como projeto de libertação para a África, eram

11 Tradução nossa, original: “The recognition by the League of Nations of national Sovereignty as the goal of what was in effect colonial trusteeship was a major step in the global normalization of the nation-state.”.

diversos e em grande medida, tutelares quanto à autodeterminação dos povos. O alargamento da estrutura de governo que primeiro salvaguardava a autonomia territorial, continha a promessa de que a liberdade e igualdade seriam incluídos como parte dos direitos dos cidadãos. Aqui a base para os direitos a igualdade e liberdade foram tratados por um viés liberal e republicano, não como sendo reconhecidos pelo direito à autodeterminação das diferenças, dado que isso enfraqueceria a centralidade do poder das elites que defendiam o roteiro nacionalista.

Imaginários descoloniais: não-alinhamento afro-asiático e solidariedade anti-imperialista

O eixo comum desses imaginários, e dos demais, presentes na Conferência de Bandung, em 1955, encontravam-se no fim do colonialismo. E esse princípio definiu um novo internacionalismo em meio à bipolaridade da nova ordem que se impunha no pós-guerra: o lugar do não-alinhamento. A conferência de Bandung de 1955, o primeiro encontro da diplomacia afro-asiática independente, enquanto um espaço diplomático de decisões e alianças políticas, criou alcances para a política internacional das antigas colônias. Fortaleceu o imaginário do não-alinhamento perante uma Guerra Fria forçada pelos poderes nucleares instaurados, e propôs diferentes possibilidades de relações internacionais, como a criação de ligas e unidades políticas entre aqueles que compartilhavam o sentido da experiência anticolonial, os pertencentes ao assumido novo e ressignificado Terceiro Mundo.

A centralidade nacionalista da causa emancipatória, independente do viés político, ressaltou como os diversos imaginários políticos da descolonização acabaram sequestrados pela narrativa do desenvolvimento. O direcionamento para o não-alinhamento mesmo que contrário aos vínculos com as potências do período, reconheceu na estrutura do Estado-Nação uma maneira de contrabalancear a necessidade da chancela ocidental para a edificação dos governos nacionais. O modo de estabelecer a soberania conquistada, e internacionalmente reconhecida, foi através do aparato do estado moderno. Internamente, nas relações entre este estado pós-colonial

e as populações dentro do alcance do seu domínio político – ou seja, do território delimitado como nacional – sobressaiu o caráter tutelar do governo em nome do desenvolvimento. Nos anos 1980, essa tutela manifestou os regimes autocráticos, autoritários, corruptos e violentos (CHATTERJEE, 2016, p.330).

As condições históricas que, para o antropólogo indiano Partha Chatterjee (2016) explicam essa normalização do estado-nação como forma padrão do estado em todos os lugares do mundo, estão associadas as consequências da Segunda Guerra Mundial e a atuação da Organização das Nações Unidas enquanto espaço de exercício da política internacional. Para o estudioso, ao recorrer aos direitos universais de liberdade e igualdade, para exercer soberanamente a nacionalidade, os governos pós-coloniais alinharam a descolonização à soberania como territorial e nacionalmente definida. O apelo da nação se construiu através das bases do que seria garantido como igualdade em liberdade para os cidadãos. Como uma cidadania cosmopolita, ela seria possível apenas quando estruturada ao nacionalismo e ao internacionalismo da política moderna.

O custo desse projeto de internacionalização cosmopolita, acarretou a subjugação das diversidades históricas e culturais nos territórios em nome do nacionalismo de estado como formato modular. Entrelaçada a este formato figura a política pedagógica que direcionou o desenvolvimento por cima das diversidades (CHAKRABARTY, 2010, p.55). Nesse contexto, o estado desenvolvimentista foi edificado como agente das políticas públicas financiadas por projetos internacionais e/ou associados a uma agenda internacional de organizações não governamentais. A promoção da liberdade e igualdade para a população, mantiveram a nação sujeitada às tecnologias governamentais, não como cidadãos de um estado civil.

Tal afirmativa pode ser pensada se considerarmos que “em muitos casos, critérios classificatórios usados pelos regimes governamentais coloniais permaneceram em uso na época pós-colonial” (CHATTERJEE, 2004, p.119). De acordo com o antropólogo, tornou-se inviável a construção do estado-nação com base na soberania popular. Mesmo que, em sua dimensão formal de estado constituído nos espaços internacionais da descolonização e do não-alinhamento, leis e acordos de reconhecimento mútuo compreendiam

esse movimento em direção a libertação, como a finalidade da política e da modernização. Foi nesse encontro entre a expectativa idealizada da descolonização e a experiência concreta de cidadania que ficaram expostas as contradições entre a legitimidade libertadora da narrativa do Estado-Nação e a sua atuação pedagógica.

A modo de exemplo, podemos citar a tentativa de *Amaharização* - transformar a língua da elite dominante, amárica, em língua oficial da Etiópia, sob o pretexto de contribuir à formação da unidade nacional para a Etiópia, compelindo a partir da educação formal e a implementação dessa língua nos espaços da administração pública. Nesse ponto, o compartilhamento entre o povo tigré e o eritreu da língua trigrínia os aproximou como pares unidos em oposição a esta imposição empreendida pela Etiópia imperial. Especialmente após 1950, como propõe Alemseged Abbay (2010) quando a elite imperial dominante etíope vinculada a etnia Amhara do Shoa – da qual Haile Selassie fazia parte – ocupou massivamente os cargos públicos do estado na Etiópia e a posse das terras agricultáveis no país. A padronização dos procedimentos governamentais, vale a ressalva, correspondeu mais ao condicionamento do regime ao Estado-Nação quanto modelo de organização política, do que aos pressupostos do mundo bipolarizado. Essa engenharia política foi interpretada como aparato necessário para o exercício da soberania conquistada pelas antigas colônias.

Se neste processo a arena política foi transformada, o poder econômico continuou a ditar as relações internacionais, de modo que, as antigas metrópoles continuaram a representar o ponto de referência prioritário entorno ao ideário do desenvolvimento. Em outras palavras, a base modernizadora dos modos de vida após as independências significou o desenvolvimento do Estado-Nação aos moldes do ocidente. Com isso, se apostou a garantir a soberania em relação as demais potências internacionais e alinhando-se as próprias expectativas anticoloniais assumindo a legitimidade do poder nacional no centro dos interesses. Bandung, forjada sob uma ideologia comum entre as nações anticoloniais, criou para a política afro-asiática um espaço alternativo ao sistema bipolar da Guerra Fria e as bases desse lugar comum foi a cooperação entre as diferentes nações que compunham a conferência.

No entanto, não significou imunidade aos problemas do nacionalismo e do decorrente internacionalismo quanto a implicação de um estado moderno

O fluxo das políticas estabelecidas pelos governantes dos estados pós-coloniais enquanto desenvolvimentista e pedagógica, deu continuidade ao colonial pela desterritorialização das identidades em nome de um vínculo com a modernização e o desenvolvimento contra o tradicional e suas permanências. Sobre a desterritorialização Dipesh Chakrabarty (2010) argumentou que a associação das agendas internacionais como a Carta dos Direitos Humanos, por exemplo, acarretavam um vínculo a identidades de causas e efeitos globais, ao custo da diversidade:

the fact that global passage may not define the ends of life for many. We may indeed all want the same rights—and this may very well include the right of global passage—but we may want these rights in order to pursue precisely those diverse “meanings of life” that make the history of one part of the world debate issues that may not resonate in another corner of humanity. (CHAKRABARTY, 2010, p.63).

O encontro entre a nação imaginada e a diversidade das experiências sociais, revelaram a impossibilidade de assumir a descolonização como um horizonte imaginativo política e socialmente, restando apenas um marco cronológico para o fim da administração colonial nas estruturas da política dos países dos continentes africano e asiático. O movimento entre política e população nos estados pós-coloniais, a partir da conceitualização de tempo heterogêneo da nação, (Chatterjee, 2004) expôs a distância entre a narrativa de estado civil e a prática do estado intervencionista. Para Chatterjee, essa distância realçou a sociedade civil como ideal compartilhado entre governantes e governados, no entanto, atuou apenas como a premissa de ações políticas e não como prática política entre os objetivos do Estado-Nação pós-colonial. Em contrapartida, a função contemporânea dos estados no pós-colonial foi a de “transformar autoridades e práticas sociais tradicionais nas formas modulares da sociedade civil burguesa” (ocidental) (CHATTERJEE, 2004, p.121).

Assumir a descolonização enquanto manifestação de uma categoria cronológica para a história, funcionou como uma conexão de passagem do tempo colonial para o pós-colonial, confundindo à conquista da independência política formal, com o processo de descolonização. Amalgamando de maneira essencialista o ativismo dos imaginários políticos e dos movimentos nacionalistas anticoloniais como uma imaginação política única, homogênea e centralizada no Estado-Nação, desconsiderando a formação de outros tipos de imaginários criados em espaços outros que da soberania diplomática.

Então, que esta Conferência Asiático-Africana seja um grande sucesso! Faça do princípio “Viva e deixe viver” e do lema “Unidade na Diversidade” a força unificadora que nos une a todos - para procurar, numa discussão amigável e desinibida, formas e meios pelos quais cada um de nós possa viver a sua própria vida, e deixar outros vivem as suas próprias vidas, à sua maneira, em harmonia e em paz. Se conseguirmos fazê-lo, o efeito disso na liberdade, na independência e no bem-estar do homem será grande no mundo em geral. A Luz da Compreensão foi novamente acesa, o Pilar da Cooperação novamente erguido.¹²

Quando Sukarno, o anfitrião da Conferência concluiu seu discurso de abertura em Bandung, lançou como lema do encontro a “Unidade na Diversidade”. Poderíamos pensar então, que as imaginações políticas englobariam as diferenças. A formalização dos regimes políticos desde a metade do século XX em diante, no entanto, revelou que essa unidade se tratou da diversidade entre os estados nacionais.

12

Africa-Asia Speaks from Bandung, (DjakartaL Indonesian Ministry of Foreign Affairs, 1955), 19-29. Disponível em: <https://www.cvce.eu/obj/opening_address_given_by_sukarno_bandung_18_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html> Acessado: 25/06/2024. Tradução nossa, original: “So, let this Asian-African Conference be a great success! Make the “Live and let live” principle and the “Unity in Diversity” motto the unifying force which brings us all together - to seek in friendly, uninhibited discussion, ways and means by which each of us can live his own life, and let others live their own lives, in their own way, in harmony, and in peace. If we succeed in doing so, the effect of it for the freedom, independence and the welfare of man will be great on the world at large. The Light of Understanding has again been lit, the Pillar of Cooperation again erected.”

Considerações finais

A solidariedade afro-asiática internacionalmente consagrada com essa e demais conferências¹³, apontou para o lugar soberano dos países envolvidos e essa linha interpretativa remontou as narrativas de um triunfo do roteiro anticolonial que obliterou, a nível interno, as camadas ainda em disputa dessa liberdade enquanto instituições, leis e estruturas legais. A conferência de Bandung enquanto um espaço diplomático de decisões e alianças políticas desafiou, em um primeiro momento, a bipolarização e as definições de soberania alicerçadas no Estado-Nação, uma vez que participaram desse encontro representantes e agrupações de territórios ainda sob o julgo colonial, bem como estruturou novas possibilidades de relações locais, como a criação de ligas e unidades políticas regionais.

Todavia a confusão da dimensão narrativa da descolonização com a sua dimensão prática produziu resultados que foram mais comumente enunciados do que alcançados. De modo que, essa noção limitada da descolonização serviu como base para narrativas de desenvolvimento econômico autônomo e modernização política no processo histórico das novas comunidades políticas que vinham surgindo e, ao mesmo tempo, como liberdade almejada e assumida como finalidade em si mesma, porém também permitiu que o imperialismo se reproduzisse de forma cambiante através do tempo e, inclusive, o continue fazendo até o presente (LEE, 2010, p.7).

A descolonização como teleologia, produziu narrativas históricas que consideraram sua função, razão e explicação como o próprio acontecimento em estado final sendo o fim da hegemonia colonial. A solidariedade afro-asiática, em seu momento, denunciou os interesses imperialistas e coloniais, e o consenso entre os membros encerrou ali na luta anticolonial.

13

Considerando a periodização contemplada neste trabalho, podemos contabilizar alguns eventos continuadores desta primeira conferência em Bandung. Entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958, na cidade do Cairo e a convite do então presidente Gamal Abdel Nasser, surge o que será conhecida como a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (OSPAA). Em dezembro desse mesmo ano, na cidade de Accra, na Gana recém independente, a convite de Kwame Nkrumah, se realiza a primeira Conferência dos Povos Africanos (CPA). Depois desses dois eventos emblemáticos, a Conferência dos Povos Africanos se reunirá mais duas vezes (em Tunes, em 1960 e no Cairo, em 1961). Do mesmo modo, a OSPAA se reunirá mais duas vezes (em Conakry, em 1960, e Moshi em 1963).

É nesse ínterim que a coalizão do movimento dos não-alinhados engrandeceu a presença do terceiro mundo nas dinâmicas da política e diplomacia internacional. Contudo, os imaginários políticos possíveis que rapidamente vincularam-se ao nacionalismo e ao internacionalismo acabaram identificando no Estado a sua limitada e neocolonizada razão de ser. Apenas as mobilizações populares que demandaram, e ainda demandam, desse Estado-pós-colonial a melhoria de seus padrões de vida e/ou o direito de poderem exercer seus modos de existência, frente a pedagogização da vida política, tensionaram, sem muito sucesso, essas elites governantes paternalistas.

Referências bibliográficas

- ABBAY, Alemseged. Nationalism in historic Ethiopia. *Nationalism and ethnic politics*, v. 16, n. 3-4, p. 269-289, 2010.
- ANDERSON. B. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Fondo de Cultura Economica, Mexico D.F., 1993.
- ANDREW, CH. *The World Was Going Our Way: The KGB and the Battle for The Third World*, Vol. 2, Basic Books, 2005.
- BHABHA, H. *O local da cultura*, Editora UFMG, Belo horizonte, 1998.
- CASTRO-GOMEZ, S. & GROSGOUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007.
- CHAKRABARTY, D. The Legacies of Bandung: Decolonization and the Politics of Culture, In: LEE, CH. *Making a world after empire: the Bandung moment and its political afterlives*. Ohio University Press, Athens, 2010. pp. 45-68.
- CHATTERJEE, P. Nationalism, Internationalism, and Cosmopolitanism: Some Observations from Modern Indian History. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. 36, n. 2, p. 320-334, 2016.
- _____. *La Nación en Tiempo Heterogéneo*, Ediciones Siglo XXI, Buenos Aires, 2008

- _____. *Colonialismo, modernidade e política*. Tradução: Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA, 2004.
- CLAPHAM, Christopher. The structure of regional conflict in northern Ethiopia. *Disasters*, v. 15, n. 3, 1991, p. 244-253.
- DUARA, P. *Decolonization. Perspectives from now and then*, Routledge, New York, 2004
- DÜLFFER, J. & FREY, M. *Elites and Decolonization in the Twentieth Century*, Palgrave Macmillan, New York, 2011
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Fundación editorial el perro y la rana, Caracas, 2007.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Ed. Ulisseia, Lisboa, 1965
- FERRO, M. *Diez lecciones sobre la historia del siglo XX*, Siglo XXI Editores, México D.F., 2003
- FUKUJAMA, F. *El fin de la historia y el último hombre*. Edit. Planeta, Madrid, 1992
- GADDIS, J.L. *Nueva historia de la Guerra Fría*, Fondo de Cultura Económica, México, D. F., 2012.
- GUHA, R. *Dominación sin hegemonía. Historia y poder en la India colonial*, Traficantes de Sueños, Madrid, 2019
- _____. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*, Editora Critica, Barcelona, 2002
- HABTU, Alem. Ethnic Federalism in Ethiopia: Background, Present Conditions and Future prospects, *EAF International Symposium on Contemporary Development Issues in Ethiopia*. 2003, p.1-33.
- HOBSBAWM, E. *A era dos impérios: 1875-1914*. Editora Paz e Terra, 1998.
- _____. *Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- _____. *Historia del siglo XX*, Grijalbo Mondadori, Buenos Aires, 1994.
- HONG, Y-S. *Cold War Germany, the Third World, and the Global Humanitarian Regime*. Cambridge University Press, New York, 2015

- HUNTINGTON, S. *El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial*, Epublibre, 1996
- JUDT, T. *Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000*, Objetiva, Rio de Janeiro, 2008.
- KI-ZERBO, J. *História da África Negra II*. Trad. Américo de Carvalho. Viséu: Biblioteca Universitária, 1972.
- LEE, CH. *Making a world after empire: the Bandung moment and its political afterlives*. Ohio University Press, Athens, 2010.
- MAKKI, F. Culture and agency in a colonial public sphere: religion and the anti-colonial imagination in 1940s Eritrea. *Social History*, v. 36, n. 4, p. 418-442, 2011.
- MBEMBE, A. O tempo que se move. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 24, p. 369-397, 2015
- MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MILKIAS, Paulos. METAFERIA, Getachew. (Ed.) *The Battle of Adwa: reflections on Ethiopia's historic victory against European colonialism*. Algora Publishing, 2005.
- MUNHOZ, S. *Guerra Fria: história e historiografia*, Appris, Curitiba, 2020.
- NASSER, G. A. *Egypt's Liberation the Philosophy of the Revolution*. Mondiale Press: Cairo, 1955.
- QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: *Journal of World-System Research*, VI, 2. New York. 2000. pp.342.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*, Editora Anagrama, Barcelona, 1996
- SOARES, Felipe Paiva. *A biblioteca do selvagem: leitura e revolução na África: os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah*. 2019. 259f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- SPIVAK, G. *Crítica de la razón poscolonial. Hacia una historia del presente evanescente*, Ediciones Akal. S. A., Madrid, 2010.

TIBEBU, Teshale. *The making of modern Ethiopia: 1896-1974.* The Red Sea Press, 1995.

VIJAY, P. *Las naciones oscuras. Una historia del Tercer Mundo.* Ediciones Peninsula, Barcelona, 2012.

RECEBIDO EM: 29/06/2024

APROVADO EM: 09/03/2025